Redes de tratados e proteção de investimentos

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Acordos tributários e a holding regional

Uma sede regional costuma deter as ações das sociedades operacionais na região. Dividendos, juros, royalties e remunerações por serviços fluem então dessas sociedades para Singapura. Cada um desses pagamentos pode estar sujeito a imposto retido na fonte no país de origem. Os acordos para evitar a dupla tributação reduzem esses impostos e repartem a competência tributária entre os dois Estados. Singapura celebrou acordos desse tipo, acordos limitados e arranjos de troca de informações com cerca de 100 jurisdições, entre elas todos os seus vizinhos maiores da ASEAN.[1] A rede de tratados tributários como instrumento de diplomacia é descrita no Capítulo F.IV.

Durante muitos anos, a rede de tratados sustentou uma estrutura simples. Um grupo da Europa, dos Estados Unidos ou do Japão constituía uma holding em Singapura, que adquiria as ações das sociedades operacionais na Indonésia, na Malásia, na Tailândia ou no Vietnã. Os dividendos fluíam para Singapura às alíquotas reduzidas dos tratados e lá ficavam isentos pelas regras aplicáveis à renda de fonte estrangeira. De Singapura, podiam ser reinvestidos na região ou pagos à sociedade controladora.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

A estrutura era legítima quando a sociedade de Singapura tinha funções reais, pessoal e poder de decisão. Tornava-se controversa quando a sociedade de Singapura era uma casca interposta apenas para obter os benefícios do tratado.

O Instrumento Multilateral e o teste do propósito principal

O trabalho da OCDE e do G20 sobre erosão da base tributária e transferência de lucros restringiu o segundo tipo de estrutura. A Multilateral Convention to Implement Tax Treaty Related Measures to Prevent Base Erosion and Profit Shifting (convenção multilateral para implementar medidas relativas aos tratados tributários a fim de prevenir a erosão da base tributária e a transferência de lucros) foi assinada em Paris em 7 de junho de 2017 e entrou em vigor em 1º de julho de 2018. Para Singapura, entrou em vigor em 1º de abril de 2019.[2] A convenção modifica os acordos tributários abrangidos de suas partes. Sua principal disposição antiabuso, o teste do propósito principal (principal purpose test), nega os benefícios do tratado quando obtê-los foi um dos propósitos principais de um arranjo, salvo se a sua concessão estiver de acordo com o objeto e a finalidade do tratado.[3]

Para as estruturas regionais, a consequência é que a substância se tornou indispensável. Uma holding de Singapura que tenha administradores próprios residentes em Singapura, tome lá as suas decisões, empregue pessoal e assuma os riscos de seus investimentos, em geral, passará no teste. Uma sociedade que apenas detém ações e repassa dividendos expõe o grupo a questionamentos das autoridades fiscais do Estado de origem. Várias autoridades fiscais da ASEAN passaram a atuar com mais firmeza nesses casos. O modelo de sede regional e a rede de tratados reforçam-se, assim, mutuamente: os benefícios fiscais estão disponíveis para os grupos que instalam funções reais em Singapura, que é o objetivo de política dos regimes de incentivo.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Tratados de investimento

Os acordos tributários protegem contra a dupla tributação. Os tratados de investimento protegem contra atos do próprio Estado anfitrião: desapropriação sem indenização, discriminação, tratamento injusto e restrições à transferência de recursos. A maioria deles confere ao investidor o direito de apresentar uma demanda contra o Estado anfitrião perante um tribunal arbitral internacional. Singapura celebrou tratados bilaterais de investimento com muitos Estados, e seus acordos de livre comércio frequentemente contêm capítulos sobre investimentos. Na região, o ASEAN Comprehensive Investment Agreement, de 2009, combina compromissos de liberalização com proteção de investimentos e arbitragem investidor-Estado para os investidores dos Estados-membros.[4]

Uma sociedade constituída em Singapura e com operações comerciais substanciais no país, em geral, será considerada investidora de Singapura nos termos desses instrumentos. Grupos de países com redes de tratados mais fracas na região colocaram, por isso, seus investimentos regionais sob holdings de Singapura, em parte para obter proteção. Os tribunais arbitrais examinam essas estruturas com rigor quando a reestruturação ocorre depois de uma disputa já ter se tornado previsível. A proteção deve, portanto, ser planejada no momento do investimento e documentada como parte de uma decisão empresarial genuína.

Vários Estados da região reconsideraram seus compromissos convencionais. Em 2014, a Indonésia anunciou que deixaria seus tratados bilaterais de investimento caducarem à medida que chegasse a hora de renová-los.[5] Mais tarde, negociou novos tratados segundo seu próprio modelo, entre eles um com Singapura.[6] A geração mais recente de tratados define investidores e investimentos de forma mais restrita, limita o padrão de tratamento justo e equitativo e preserva mais espaço para a regulação. Os investidores que se apoiam num tratado mais antigo devem verificar se ele continua em vigor e se uma cláusula de sobrevivência (sunset clause) ainda protege os investimentos feitos antes de sua denúncia.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Singapura como sede de arbitragens de investimento

Singapura é também um dos lugares onde as disputas de investimento são decididas. O Singapore International Arbitration Centre, criado em 1º de julho de 1991, editou suas primeiras Investment Arbitration Rules com efeito a partir de 1º de janeiro de 2017, e a sétima edição de seu regulamento geral, as SIAC Rules 2025, aplica-se desde 1º de janeiro de 2025.[7] O papel geral do Centro é examinado no Capítulo F.II.

O exemplo mais conhecido do papel dos tribunais de Singapura na arbitragem de investimentos diz respeito a uma disputa entre uma sociedade de Macau e o Laos. A investidora, Sanum Investments, apresentou uma demanda com base no tratado entre a China e o Laos perante um tribunal arbitral com sede em Singapura. Em setembro de 2016, a Court of Appeal decidiu que, pela regra da mobilidade das fronteiras dos tratados (moving treaty frontier rule), o tratado se estendia a Macau depois que a China reassumiu a soberania. Concluiu que o tribunal arbitral tinha jurisdição sobre as pretensões da investidora.[8] A decisão mostrou que os tribunais de Singapura enfrentam questões difíceis de direito internacional público quando uma arbitragem tem sede na cidade, mesmo com base num tratado do qual Singapura não é parte. Para os investidores na região, isso faz parte da atratividade de uma sede em Singapura.

Eleição de foro e execução de sentenças

As disputas comerciais com contrapartes privadas na região são mais frequentes do que as demandas contra Estados. Aqui, a questão é onde uma sentença judicial ou arbitral pode ser executada. As sentenças arbitrais proferidas em Singapura podem ser executadas nos outros Estados-membros com base na Convenção de Nova York, sujeitas à prática desigual de seus tribunais. As sentenças judiciais circulam com menos facilidade. Singapura tornou-se parte da Convenção da Haia sobre Acordos de Eleição de Foro, que assinou em 25 de março de 2015 e ratificou em 2 de junho de 2016, com efeito a partir de 1º de outubro de 2016.[9] Nenhum outro Estado da ASEAN aderiu a essa convenção, de modo que a arbitragem continua sendo a via

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

mais confiável para os contratos regionais. O Capítulo F.III examina a Singapore International Commercial Court e a Convenção de Singapura sobre Mediação, que oferecem outras opções.

Notas

1. Inland Revenue Authority of Singapore, "List of DTAs, Limited DTAs and EOI Arrangements" (iras.gov.sg, acesso em novembro de 2026): Singapura assinou DTAs, DTAs limitados e arranjos de EOI com "around 100 jurisdictions". ↩
2. Wikipedia, "Multilateral Convention to Implement Tax Treaty Related Measures to Prevent Base Erosion and Profit Shifting" (acesso em novembro de 2026): assinada em 7 de junho de 2017, em Paris; entrada em vigor em 1º de julho de 2018; Singapura listada como parte, com entrada em vigor em 1º de abril de 2019; as partes devem cumprir os padrões mínimos do pacote BEPS, inclusive a prevenção do abuso de tratados. ↩
3. Multilateral Instrument, art. 7(1) (principal purpose test), que implementa o padrão mínimo da Ação 6 do BEPS. ↩
4. ASEAN Comprehensive Investment Agreement, assinado em Cha-am, Tailândia, em 26 de fevereiro de 2009, em vigor em 29 de março de 2012, em substituição ao ASEAN Investment Guarantee Agreement de 1987 e ao Framework Agreement on the ASEAN Investment Area de 1998. ↩
5. Wikipedia, "Investor–state dispute settlement" (acesso em novembro de 2026): "Indonesia plans to let treaties with ISDS clauses lapse when they need renewal", com citação de *The Economist* de 11 de outubro de 2014. ↩
6. Agreement between the Government of the Republic of Singapore and the Government of the Republic of Indonesia on the Promotion and Protection of Investments, assinado em 11 de outubro de 2018, em vigor em 9 de março de 2021; substituiu o tratado de 2005, denunciado pela Indonésia em 2016. ↩
7. Wikipedia, "Singapore International Arbitration Centre" (acesso em novembro de 2026): criado em 1º de julho de 1991; primeira edição das

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Investment Arbitration Rules em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017; 7ª edição das SIAC Rules, de 1º de janeiro de 2025, em vigor. ↩

8. *Sanum Investments Ltd v Government of the Lao People's Democratic Republic* [2016] SGCA 57 (Court of Appeal: Sundaresh Menon CJ, Chao Hick Tin JA, Andrew Phang Boon Leong JA, Judith Prakash JA e Quentin Loh J; decisão do tribunal proferida por Menon CJ em 29 de setembro de 2016) (elitigation.sg, acesso em novembro de 2026): par. [47], a regra do "moving treaty frontier"; par. [76], o BIT RPC–Laos "would extend to Macau upon the PRC resuming sovereignty"; par. [151], "the Tribunal does have subject-matter jurisdiction over the claims brought by Sanum"; par. [153], recursos providos. ↩
9. Wikipedia, "Hague Choice of Court Agreements Convention" (acesso em novembro de 2026): concluída em 30 de junho de 2005, em vigor em 1º de outubro de 2015; Singapura assinou em 25 de março de 2015 e ratificou em 2 de junho de 2016, com entrada em vigor para Singapura em 1º de outubro de 2016; Singapura é o único Estado-membro da ASEAN listado entre as partes. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.